

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Psicologia

Adriana Severino Gaspar

MATERNIDADE, UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL:

Sutis Violências de Gênero

Porto Alegre

2019

Adriana Severino Gaspar

MATERNIDADE, UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL,

Sutis Violências de Gênero

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de
Psicologia da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Professora orientadora: Carolina dos Reis

Porto Alegre

2019

|

Agradecimentos

Às incríveis mulheres que dividiram suas histórias para a escrita desse trabalho e à minha orientadora, Carolina dos Reis, por toda a paciência e acolhimento nesse ano. O principal presente que essa escrita me trouxe foi ter me cercado de mulheres em quem passei a me inspirar.

Às mulheres da minha família que me permitiram estar aqui hoje. Minhas avós e avô, por todo o acolhimento e carinho; Minha madrinha, por toda a força de caráter; Minha mãe, por tudo. Por todas as discussões e incentivos, e por me ensinar toda a força que ser mulher na nossa sociedade implica.

À Érica Prates, por todos os colos, cafés e puxadas de orelha, por ser uma amiga e uma inspiração todos os dias. Ao Matheus Canellas por me ouvir ensaiando mil vezes minhas apresentações acadêmicas e por toda a sinceridade que nossa amizade implica. Obrigada por serem minha família durante todo esse processo.

À Edilene Almeida, sem a qual eu teria desistido da Psicologia há alguns anos e à Fernanda Marques, que me permitiu estar na Creche da UFRGS e despertou em mim a paixão pela psicologia escolar, mostrando-me o caminho a seguir.

|

"Ao levar a filha de 5 anos para a sala de aula, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, estudante de Letras, coagida pela professora que questionava incessantemente a presença da criança na universidade, teve que se retirar da aula" ¹

"Na segunda aula de uma das disciplinas do curso, W. foi abordada pelo professor, que considerou inadequada a presença da criança em uma sala de aula, no horário noturno, principalmente pelos temas debatidos. Segundo W., a abordagem foi ríspida, e o professor teria dito que a menina só poderia frequentar a sala de aula se a mãe colasse a criança na cadeira com "durepox"."²

"Não consigo anotar nada, porque fico com a bebê no colo. Então pego as anotações dos colegas, faço as cópias, e ainda passo pro meu caderno quando chego em casa", diz a estudante que cursa o 5º semestre da graduação em Letras."³

O espaço da Mulher que é mãe na Universidade

Esses são alguns relatos retirados de reportagens de sites de notícias, acerca de maternidade na universidade. Podemos observar a partir desses trechos que há uma visibilidade na mídia para a questão dos constrangimentos vividos por mulheres com filhos dentro das Universidades, e como isso afeta a relação dessas com seus espaços de estudo e trabalho. Partindo dessa visibilidade, surge a importância da discussão acerca do espaço das mulheres mães nas Universidades.

Segundo Fernandes (2017), nas últimas décadas, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem se dado de maneira crescente. Observa-se cada vez mais a inserção da mulher no mundo produtivo e a necessidade de mudanças nos arranjos

¹ Disponível em <http://www.une.org.br/noticias/precisamos-falar-sobre-as-maes-estudantes/>.

² Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/17/desafios-das-maes-universitarias-e-projetos-em-analise-no-congresso>

³ Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/maes-universitarias-enfrentam-rotina-de-dificuldades-para-estudar-na-maior-universidade-do-norte.ghtml>

familiares. Assim como há uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, Urpia e Sampaio (2009) também apontam que há uma inversão no hiato de gênero no contexto acadêmico, sendo as mulheres atualmente maioria entre os estudantes universitários.

A questão é que a entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho necessariamente não as tem desobrigado do cuidado da casa e dos filhos, pois ainda se mantém, entre os casais, a tradicional divisão sexual do trabalho, ainda que sejam observadas algumas mudanças (Urpia e Sampaio, 2009) As mulheres com filhos em idade pré-escolar participam menos do mercado de trabalho e ocupam os piores postos de trabalho, principalmente quando são chefes de família. (Brasil, 2004, p. 53).

Evidencia-se não só a maior presença de mulheres nas instituições de ensino superior (IES), mas também o fato de que são mulheres potencialmente na condição de maternidade e de demanda por equipamentos de educação infantil. Para a afirmação dessas “novas” identidades femininas que visam a formação acadêmica e o sucesso profissional, se impõe a necessidade de políticas específicas para as mulheres, como tem se discutido e produzido no interior do movimento feminista brasileiro (Aquino, 2018)

Percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais. (Bandeira, 2014)

A Creche da UFRGS

No ano de 2017 realizei um estágio de dois semestres na Creche da UFRGS, serviço oferecido aos servidores e técnico administrativos da universidade, vista, na sua criação como um direito dos trabalhadores (e antigamente dos seus alunos também). Durante esse ano presenciei o desmonte da creche, do possível fechamento, às denúncias de desvios de função, o não cumprimento do edital de entrada de novas

crianças para o berçário, o decreto que ditou a saída de mais de metade das professoras (que eram terceirizadas pela ausência de concursos para novos professores pela universidade) até os brutais cortes de verbas inclusive para a alimentação das crianças (de 0 a 4 anos) e a falta de interesse da universidade em manter o serviço.

A partir disso tudo, a creche passou a funcionar apenas meio turno, visto que não havia professoras suficientes para dar conta do número de crianças, que também havia caído, pela metade do ano, a menos da metade do número original. A universidade, na época, ofertou uma bolsa creche, benefício que já era concedido às famílias cujos filhos não haviam conseguindo vagas na creche da universidade, e cujo valor não cobria nem metade de uma mensalidade em escolas de educação infantil privadas. Considera-se também o fato de que, na metade do ano, a oferta de vagas em creches públicas e privadas é consideravelmente escassa. Muitas das famílias não tinham condições de tirar os filhos da creche, cujos horários agora já não atendiam as exigências das horas de trabalho dos pais, e muitas mães se viram obrigadas a tirar licenças e abandonar cargos para dar conta dos filhos. Apesar de tudo isso, ainda precisa considerar-se que a realidade dos servidores da universidade é diferenciada da de muitos brasileiros, tanto em questão de renda quanto de qualidade de vida.



(Cartaz confeccionado pela equipe de professoras, estagiários e famílias da Creche da UFRGS em ato contra seu possível fechamento. Julho, 2017)

Pensando nas mulheres que tinham seus filhos atendidos pela creche da Universidade e que sofreram os reflexos do desmonte do serviço nas suas vidas pessoais e, principalmente, profissionais, se levanta o questionamento do quanto realmente as creches e escolas de educação infantil dão conta da demanda das mães atendidas. Leva-se em consideração também o fato das alunas com filhos em idade pré-escolar não terem direito à creche, e não haver nenhum auxílio financeiro ou política de permanência para que mães estudantes possam também atender à demandas da Universidade e da Maternidade, sem precisar negligenciar um dos campos.

A partir disso, surge o questionamento inicial desse trabalho, acerca das políticas de garantia a educação infantil, fundamentais para as condições de trabalho das mulheres que tem filhos em idade pré-escolar. Ressalta-se a importância dessas políticas, considerando que as mulheres ainda são as principais cuidadoras de seus filhos, e pensando nos desdobramentos que o desmonte da Creche da UFRGS acarretou para as mães que tinham seus filhos atendidos pelo serviço.

Legislação e Educação Infantil

O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”, no qual está prevista, entre diversas modalidades de educação, a garantia à Educação Infantil até os 5 anos de idade.

Em julho de 1990, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garante, no Art. 4º que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” Já no Art. 53 afirma que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...) V - acesso à escola pública e gratuita próxima de

sua residência”. E, finalmente, o Art. 54 diz que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente - IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade⁴”.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelece no Art. 29 que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.⁵ . Sendo oferecida em I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”.⁶

Sendo a educação um direito de todos e dever do Estado, é importante observarmos que apenas 52,9% das crianças brasileiras, de 0 a 5 anos, estão inseridas no sistema de ensino infantil. É preocupante que essa proporção caia ainda mais quando observamos o recorte dos 0 a 3 anos, estando apenas 32,7% frequentando escolas ou creches e 91,7% dentre as de 4 a 5 anos (IBGE, 2017).

Há ainda uma discrepância interessante entre os dados das crianças de 0 a 3 anos e as de 4 a 5 anos. Do primeiro grupo, apenas 59,7% das crianças frequentavam creches públicas, enquanto 40,3% frequentavam educação infantil de caráter privado. No segundo grupo, sobe para 74,4% as crianças em serviços públicos de educação infantil, e cai para 25,6% as que estão no setor privado. Esse dado, somado ao fato de que apenas 39,9% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam educação infantil no ano de 2017, nos leva a questionar como fica a oferta de serviços públicos voltados para a primeira infância, garantidos constitucionalmente.

⁴ Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016.

⁵ Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013

⁶ Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013

De acordo com o IBGE, 19,3% das crianças que não frequentam serviços de educação infantil o fazem por falta de vagas em escolas ou creches, 8,2% por não possuir escolas ou creches na localidade e 2% não frequentam por falta de dinheiro para as despesas. Há ainda a porcentagem de 58,8% de crianças que não frequentam escolas por desejo dos pais, mas essas não serão o foco desse estudo. Isso ocorre porque a educação infantil se torna obrigatória apenas para crianças a partir dos 4 anos de idade.

Esse dado se reforça ao olharmos para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do 2º semestre de 2017, em que mostra que das crianças de 0 a 5 anos, cuja família não possui instrução, ou tem o ensino fundamental incompleto, apenas 46,9% frequentam educação infantil, caindo para 22,3% em crianças de 0 a 3 anos, e 86,2% em crianças de 4 a 5 anos. Há uma grande diferença em relação às famílias com ensino superior completo, em que 62,2% frequentam a educação infantil, sendo 46,1% de crianças entre 0 e 3 anos, subindo para 96% entre aquelas de 4 a 5 anos. Podemos observar, assim, que o nível de instrução, e, conseqüentemente, a posição social das famílias tem peso importante no acesso aos serviços de educação infantil.

Além disso, podemos observar uma grande discrepância entre a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos e as de 4 a 5 anos que frequentam escolas e creches, tendo variações de até 60% de diferença. Isso nos leva a questionar qual a diferença no acesso entre os serviços oferecidos para as diferentes faixas etárias. Entende-se que a irregularidade na oferta de serviços de educação infantil incide diretamente na vida das mães com filhos em idade pré-escolar, em especial na sua inserção e permanência no mercado de trabalho e nas Universidades, foco desse artigo.

E as mulheres?

De acordo com o Censo de 2010, é reconhecido que uma política de ampliação da oferta de creches é transversal tanto às questões educacionais (foco nas crianças) quanto às questões de gênero e impacta diretamente na autonomia das mulheres e suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

As mães cujos filhos são pequenos e não têm acesso à EI têm enfrentado mais dificuldades para inserir-se no mercado de trabalho e contribuir com a renda familiar o que reforça o

cenário de exclusão e inequidade no acesso a políticas sociais.
(Fernandes, 2017)

O impacto das creches e pré-escolas no aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, na renda e na jornada de trabalho ocorre, em geral, em todas as classes sociais. No entanto, são as famílias mais pobres as que mais se beneficiam deste mecanismo quando comparadas aos grupos de renda superiores. (Sorj, 2004, p. 3) Em 2010, segundo a pesquisa do Censo, o nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos que frequentam creche (65,4%) é bem superior aos daquelas cujos filhos não frequentam (41,2%) ou apenas algum filho frequenta creche (40,3%).

As políticas de Educação Infantil, que são direito social previsto na carta constitucional, têm papel importante para assegurar às mulheres, em particular, sua inserção no mercado de trabalho com melhores condições de remuneração, disponibilidade de mais horas de trabalho, formalização do contrato de trabalho e não precariedade (Montali; Lima, 2013, em Fernandes, 2017)

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), estabelecem a educação infantil como função sociopolítica e pedagógica, trazendo que creches e pré-escolas constituem-se em estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que permitem às mulheres sua realização para além do contexto doméstico.

Somado a elas, o II Plano Nacional de Políticas Para Mulheres incorpora as ações relacionadas à ampliação das vagas em creches e pré-escolas, relacionando-as a autonomia econômica e a igualdade no mundo do trabalho. Essa política visa então ampliar a autonomia econômica das mulheres e criar condições que permitam sua entrada no mercado formal de trabalho. Não se desconsidera a importância da educação infantil na (des)construção de estereótipos de gênero e raça/etnia. (Brasil, 2008)

O avanço da mulher nos espaços de trabalho precisa vir acompanhado de uma reflexão sobre o "trabalho familiar". Não se trata apenas de garantias legais, que são importantes, mas não suficientes; é necessário um investimento em políticas de equidade voltadas para as mães, e no reconhecimento do lugar da mulher mãe na

universidade, que muitas vezes não é visto nem pensado, e as mesmas precisam atender às mesmas exigências de homens e mulheres com filhos mais velhos, ou sem filhos.

Objetivo

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo investigar a experiência das mulheres com filhos em idade pré-escolar na Universidade, seja como estudantes ou professoras universitárias, buscando identificar algumas das formas como a maternidade e as relações de gênero, assim como o acesso a serviços de educação infantil, incidem nas suas vidas pessoais e profissionais.

Tem também como objetivo específico evidenciar violências institucionais e de gênero sofridas por essas mulheres em seu local de trabalho/estudo em decorrência da maternidade.

Procedimentos Metodológicos

Para tanto foram entrevistadas 7 mulheres com filhos em idade pré-escolar e vinculadas a alguma Universidade, sendo duas professoras universitárias, uma estudante de pós-graduação e quatro estudantes de graduação. A escolha dessas mulheres se fez por conveniência, por indicações de outras estudantes universitárias e professoras. As perguntas que nortearam as entrevistas estão anexadas no final do artigo.

Considerando que todas as mulheres que participaram das entrevistas são professoras (servidoras públicas) ou estudantes universitárias, brancas e cisgêneras, entende-se que este é um recorte muito específico, e isso pode significar uma limitação desse trabalho. No entanto, mesmo trazendo relatos de mulheres em posições privilegiadas economicamente, cujos filhos estão inseridos no sistema de educação infantil, podemos observar que a relação estabelecida entre a maternidade, trabalho, universidade e educação infantil traz efeitos para a vida dessas mulheres, e pretende-se dar visibilidade às nuances desses efeitos. A violência de gênero que opera nessa relação, na vida das mulheres, é muito sutil, ainda trazendo sofrimento e efeitos na vida das mulheres inseridas na Universidade, recorte desse trabalho.

Entendemos também a importância de incluir nesse estudo o relato de experiências das demais servidoras técnicas e terceirizadas que compõem a Universidade. No entanto, dada a complexidade e variedade de funções e espaços de atuação dentro da Universidade, assim como as limitações temporais no desenvolvimento desse estudo, mantivemos o recorte delimitado a professoras e estudantes. Reconhecemos, no entanto, a necessidade de estudos que ampliem a diversidade de formas possíveis de experienciar a maternidade no espaço da Universidade.

Discussão

A responsabilização da mulher em relação ao cuidado dos filhos

Não dá pra dizer que é uma divisão de cuidados. A gente divide mas tudo que ele faz é sob demanda ou se eu peço, eu tenho que pedir ou dizer o que ele tem que fazer e eu não acho que isso seja igual. Eu tenho que ter a carga mental de organizar toda a rotina familiar. Ele até leva se tem que levar na escola, mas eu tenho que deixar tudo avisado. E isso não é igual. Eu chego em casa, eu tava trabalhando e ele tava em casa, mas ele não deu banho nem janta, então tenho que lembrar.

Acho que ele é bem fora do padrão do que é comum, ele faz bem mais, mas faz menos do que eu gostaria, ainda acaba sendo uma divisão desigual. Já avançou um passo mas eu ainda não me dou por satisfeita. Não basta, acaba não sendo igual assim, até porque a imposição que eles tem é diferente né. Se ele vai trabalhar vários dias seguidos e não folga, ninguém vai perguntar pra ele se não vai ficar com a criança. Eu vou perguntar, mas é um embate diferente.

Garcia e Viecili (2018), apontam que não obstante realizarem a mesma carga-horária de trabalho formal fora do âmbito doméstico, as mulheres ainda dedicam mais tempo às atividades domésticas do que seus companheiros. Evidenciam também que as

mulheres, mesmo quando estão empregadas, realizam 2,5 vezes mais tarefas domésticas e de cuidados do que os homens.

Se olharmos o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (Brasil, 2008), observa-se que ainda persiste a divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres têm uma sobrecarga com as obrigações relativas ao trabalho doméstico, de cuidado com a casa e com os filhos. Reforçando o dado acima, destaca-se novamente que as mulheres gastam aproximadamente 25 horas semanais cuidando de suas casas e de seus familiares, enquanto os homens que executam estas tarefas gastam menos de 10 horas por semana.

Garcia & Vieceili (2018, apud Noor 2002) afirma o fato de que mulheres que são mães de filhos pequenos exercem cerca de 90 horas de trabalho por semana, considerando as horas de atividade de trabalho formal e as horas em atividades domésticas e de cuidado dos filhos, enquanto os homens, companheiros dessas mulheres, exercem cerca de 70 horas, considerando as mesmas atividades. Pedersen e Kilzer (2014), citados em Martins et al. (2019), afirmam que há indicações de maior envolvimento dos homens no cuidado dos filhos do que ocorria anteriormente, mas que esse processo se apresenta de forma lenta e gradual.

Além disso, mais de uma das mulheres entrevistadas usou o termo "carga mental", se referindo ao peso de precisar organizar a rotina da família, de ter, segundo uma delas, a visão global do que acontece com os filhos e como atender às possíveis demandas da criação dos mesmos, traz um cansaço nas mulheres que não ocorre da mesma maneira em seus companheiros.

Tem algo que ta sendo bem falado que é a questão da carga mental, que eu sinto que acaba sendo mais das mulheres mesmo acho que as mulheres acabam se encarregando de uma parte que não é medida na agenda semanal, mas de um pensamento mais global da criança que eu acho que os homens ainda tem esse passo a dar e a gente também de conseguir identificar isso e não tomar tanto pra gente e conseguir compartilhar um pouco mais.

Porque se eu não cuido de tudo, se eu não faço essa organização familiar, não existe organização, tem coisas que não me permitem primeiro só fazer as obrigações da faculdade e depois cuidar do resto, é o contrário.

Um artigo publicado no site El País (2019) traz esse termo referindo-se a um trabalho invisível e pouco valorizado que faz com que as cabeças das mulheres não parem de trabalhar enquanto seus parceiros relaxam, sendo então, a quantidade de esforço não físico e deliberado que deve ser realizado para alcançar um resultado concreto, é quase sempre assumida por elas. A reportagem traz a fala da ilustradora francesa Emma Clit, que explicita que “*não existe nada biológico que leve as mulheres a exercer esse papel, mas interessa que continuem a fazer esse trabalho de graça. É o que permite manter o sistema. A criação dos filhos e o trabalho doméstico colocam a mulher nesse esquema graças ao patriarcado. Uma sociedade dominada pela classe masculina, que deteve o poder político e religioso durante séculos e manteve o controle sobre as mulheres, especialmente sobre sua capacidade reprodutiva, que é um poder essencial*”.

De acordo com Yavorsky et al. (2015), citado em Martins et al. (2019), por mais que as mulheres tenham aumentado sua participação em contextos que eram caracterizados como predominantemente masculinos, como o mercado de trabalho e o ensino superior, o mesmo não ocorre com o mesmo vigor nos homens com o engajamento em atividades de cuidados dos filhos e da casa, tidas, pelos processos de subjetivação da nossa sociedade, como tipicamente femininas.

Esse envolvimento que ainda deixa a desejar dos homens nas tarefas que dizem respeito ao cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, somada à referida carga de precisar organizar toda a estrutura familiar, gera um cansaço nas mulheres. O acúmulo de responsabilidades internas e externas em casa criam impactos negativos assim como uma sobrecarga física e emocional (Alstveit, Severinsson, & Karlsen, 2011, citados em Martins et al, 2019)

É cansativo! (...) porque diferente de quando eu não tinha nada para fazer, eu chego em casa e tenho que fazer tudo e mais um pouco... E as vezes eu acho que não consigo dar a devida atenção para ele.

É bem... É bastante correria né. É uma questão do tipo... Tu tem que priorizar alguma coisa em algum momento, sabe, e eu também fico dependendo financeiramente e também de atenção dos outros, então é bem complicado.

Fica evidenciado, em diversos relatos das mulheres que foram entrevistadas, que há uma forte responsabilização das mães trabalhadoras sobre sua sobrecarga. Não apenas sob o ponto de vista institucional, da vida estudantil e de trabalho, mas também uma responsabilização vinda da família e dos pais das crianças, companheiros ou não dessas mulheres. Essa responsabilização da mulher soma-se ao cansaço e à carga mental que também vem sendo discutida, e é uma violência contra as mães, que acabam esgotadas física e emocionalmente.

Ele acha que ta fazendo uma coisa boa mas ele ta me sobrecarregando. E eu já sou sobrecarregada pelas coisas da universidade já, de ter um filho, ter um filho já te sobrecarrega, mas tu ter um filho com um bônus a mais [autismo] te sobrecarrega mais, daí tem estágio, daí tem faculdade, daí tem isso, daí tem aquilo, e parece que tu tem que te fragmentar em vários e parece que tu não consegue fazer nada realmente bem sabe, é bem complicado

"Eu preciso fingir que eu não sou mãe na Universidade" - Violências institucionais

Não é uma coisa como se fosse uma violência muito grande, mas é um olhar diferente, um olhar estranho. Interessante tu usar a palavra preconceito, porque eu nunca tinha pensado nela, mas talvez sim, talvez seja. Já rolou olhar torto por eu levar ela para a sala de aula, tanto de colegas quanto de professores. Essas perguntinhas mesmo de "O que tu ta fazendo aqui? Vai pra casa".

Quando meu filho tava hospitalizado eu fui trabalhar, eu saia pra dar aula e voltava pro hospital, que acho que tem a ver com o meu processo de subjetivação, mas que também acho que tem

a ver com a cobrança e exigência que se faz com as mulheres pra elas fingirem que não são mães dentro desses ambientes, se espera que as pessoas façam igual ao que todo mundo faz.

Que o curso não te dá suporte nenhum e a faculdade não te dá suporte nenhum pra tu conseguir se manter nela. Não tem nenhum auxílio, porque no caso eu não considerada renda inferior, não que eu tenha uma renda alta, mas não é considerada renda inferior, então eles não dão nada, absolutamente nada. Então é uma coisa que eu tenho que acertar com todo mundo, aí é bem complicado.

Até porque assim, tu já é mulher, tu já engravidou então parece que tu não pode deixar muito furo, né. Então eu não sei como seria se eu tivesse precisado algo mais. Do ponto de vista institucional eu não sentia um acolhimento, e até por isso eu evitava ao máximo ter que recorrer a alguma coisa.

O desamparo institucional foi um marcador forte nas narrativas das mães estudantes, que relatam não receberem nenhum auxílio, nenhuma flexibilização por parte das instituições de ensino. Para mães estudantes, depois de cumpridos os meses de licença maternidade, não foi relatada nenhuma forma de amparo institucional. As exigências em relação aos resultados a serem atingidos nas disciplinas não mudam, muitas vezes não há nem mesmo flexibilidade em relação à entrega de trabalhos ou ao agendamento de nova data para recuperar provas perdidas em decorrência de imprevistos com os filhos. Para as mães professoras universitárias, há o recebimento de uma bolsa creche, no valor de R\$300,00. Não foi citada nenhuma outra forma de apoio por parte da instituição universidade, embora tanto alunas quanto professoras tenham citado encontrar brechas dialogando com colegas e professores acerca de suas necessidades, mas estas acabam ocorrendo pelas relações de coleguismo, não se constituem como parte de uma política universitária nem mesmo de sensibilização para atitudes de cuidado entre colegas.

Se eu não conseguia fazer um trabalho na data porque minha filha tava doente ou porque eu tava mal, não importava, eu nunca tive nenhuma concessão, nenhuma ajuda, nada. Ninguém nunca me perguntou nem como eu tava.

Eu tava claramente muito mal, eu tinha crises de ansiedade violentíssimas na faculdade, não conseguia seguir em frente com a maior parte das cadeiras da licenciatura. Ao todo nos últimos anos eu larguei 11 cadeiras porque eu não tinha força, não tinha estímulo, não tinha ninguém que me apoiasse na faculdade e me dissesse que eu tava fazendo um ótimo trabalho.

De acordo com Bandeira (2014), as instituições configuram-se em espaços privilegiados, onde os princípios da perpetuação da dominação masculina são elaborados e impostos. Por isso que, associado a essas questões, assim como o de ampliar o entendimento sobre as situações de violência de gênero, uma vez que a tendência destas instituições é de se manterem falsamente “neutras”. Um exemplo disso são os relatos sobre a falta de auxílio para mães estudantes. As Universidades não ativamente impedem o acesso das alunas com filhos ao ambiente acadêmico, mas a falta de políticas e ações que visem a permanência dessas mulheres acaba se configurando como uma forma de violência.

E aí é um tanto que tu não pode nem estar na universidade sem a criança, e tu não pode trazer a criança, então tu não pode estar aqui. O discurso gira em torno disso, né, não é um impedimento muito real, mas é um impedimento discursivo que pela falta da estrutura acaba impedindo de verdade. Ninguém me proibiu, mas dificulta. É óbvio que é por ser mulher né.

Essa é uma dimensão da vida que eu nunca tinha parado pra pensar nisso, é algo que foi vindo a partir as experiência, que eu comecei a entender e viver as dificuldades de ser mãe e fazendo doutorado nesse ambiente acadêmico e que me surpreendeu muito viver isso dentro de um curso de pós graduação de psicologia institucional que eu imaginava que ia ter um outro modo de acolher a situação e me surpreendeu

muito o modo como algumas pessoas tratavam e até essa questão da política pública e da garantia que eu vi que a gente é muito desamparado nesse sentido, que pra ter o mínimo tem que ter toda uma luta e as vezes num período que tu também ta envolvido com outras questões, foi um pouco o meu caso, que eu tive que travar uma certa batalha ali, que pra mim não tinha como ser de outro modo naquele período.

Zaluar (2003) pontua a violência, do ponto de vista institucional, como imposição da norma que não é discutida nem modificada aberta e democraticamente, o que lhe confere um caráter de normatização, uma expressão excessiva ou autoritária de poder que impede o reconhecimento do outro. Remete aos lugares sociais sexuais, expõe as múltiplas desigualdades, às quais as mulheres estão presas, e possibilita uma interação face a face, envolvendo a ordem simbólica (Bandeira, 2014).

Além disso, Montali e Lima (2013), citados em Fernandes et. al (2017) evidenciam que além, das imposições institucionais, muitas mulheres ainda vivenciam diversos constrangimentos em torno da sua dificuldade de conciliar trabalho (e estudo, particularmente para as mães mais jovens) e cuidados dos filhos pequenos.

Eu tava grávida, com 9 meses, e me encostava no quadro as vezes pra dar aula, pra equilibrar o peso da barriga, e na avaliação de disciplinas um aluno escreveu que a professora parecia estar com preguiça de dar aula porque se encostava no quadro. E outro escreveu que o semestre foi prejudicado porque a professora tava grávida, porque eu tive que sair no meio do semestre pra ganhar o nenê

Teve uma situação que fui fazer uma entrevista pra um estágio e houve perguntas sobre "Tu ainda amamenta, tu vai deixar ela com quem, ta fazendo algum tipo de tratamento?" Sabe? E é uma certeza absoluta que se eu fosse um homem com uma filha eu não teria essa pergunta. E eu obviamente não fiquei com a vaga.

Considerações Finais

Observou-se que as relações de gênero têm forte peso na relação das mulheres com a Universidade, principalmente no que diz respeito à maternidade. A falta de estratégias e de ações voltadas para a permanência de mulheres com filhos pequenos na Universidade incide diretamente na vida pessoal e acadêmica das mesmas, tendo que se haver com as questões institucionais, muitas vezes não tendo com quem deixar os filhos ou não conseguindo dar conta das demandas acadêmicas, que não são pensadas para mulheres que são mães. Essa é uma violência que ocorre de maneira muito sutil, visto que as mulheres não são ativamente impedidas de ocupar os espaços da Universidade, mas que os espaços não são pensados para elas. Além disso, a responsabilização da mulher no que diz respeito aos cuidados dos filhos, também acarreta dificuldades na inserção acadêmica, de uma maneira que não ocorre da mesma maneira para homens com filhos em idade pré-escolar.

Universidades ainda não estão preparadas para o acolhimento de mães trabalhadoras e estudantes, e é importante que se pense na permanência dessas mulheres no espaço acadêmico e se tensione que a universidade também deve ser lugar de mães de filhos pequenos, não apenas de homens, de mulheres sem filhos ou com filhos que já possuem certa independência. Ressalta-se a importância da elaboração de políticas de equidade para mulheres com filhos pequenos, assim como a abertura de espaços para o acolhimento das demandas dessas mulheres.

Para as mulheres jovens, esse período é muito denso, pois devem responder a várias demandas apresentadas em poucos anos. Nesta etapa, se dá o que se convencionou chamar de vida dupla feminina, ocorrendo um acúmulo de responsabilidades com os aspectos tradicionais e modernos das responsabilidades consigo mesmo, com a casa, filhos, trabalho e estudos (Brasil, 2008)

Podemos observar que abrir as portas da educação superior para as mulheres não é o bastante para assegurar igualdade de oportunidades para a carreira daquelas mulheres que fazem a escolha de tornarem-se mães (Urpia e Sampaio, 2009). Complementarmente, Aquino (2018) afirma que uma ampla incorporação das mulheres às universidades e à ciência, sem que haja mudanças culturais profundas no âmbito

acadêmico como em toda a vida social, acaba por colocá-las em situação de profunda desvantagem.

Apesar de uma política de ampliação de creche ser fundamental no que diz respeito a autonomia das mulheres, vemos que muitas vezes a oferta de creche também não se adéqua às necessidades e rotinas das mães estudantes, cujos horários de disciplinas não são fixos e mudam todos os semestres. Além disso, no caso das mães que são professoras universitárias, muitas das disciplinas que elas ministram acabam sendo no horário da noite, não tendo a possibilidade de creche para esse turno. Também é importante ressaltar que não está prevista nessa oferta o cansaço físico e emocional que acomete as mulheres com filhos em idade pré-escolar.

Um estudo realizado por Martins et al. (2019) destaca as escolas de educação infantil e creches como um elemento importante, favorecendo a transição das mulheres da licença maternidade para o retorno às atividades de trabalho. Esse dado reforça o que foi apontado pelo Censo de 2010, de que as mulheres cujos filhos frequentam creche possuem maior inserção no mercado de trabalho. Se reforça a importância de uma política de ampliação de oferta de creches no que diz respeito a autonomia das mulheres em sua inserção no mercado de trabalho e, nesse caso, nas Universidades. O acesso a educação infantil se dá como ferramenta fundamental na inserção e permanência das mulheres com filhos em idade pré-escolar no ambiente acadêmico.

Gostaria de reforçar, ainda, a importância da Creche da UFRGS como espaço pensado para as famílias de trabalhadores da Universidade com filhos de zero a quatro anos. A Creche permite, além de um ambiente de educação infantil que beneficia imensamente o desenvolvimento das crianças, a autonomia das mulheres trabalhadoras da Universidade nos seus campos de atuação dentro dessa. O fechamento da Creche é uma violência contra essas mulheres, que tem suas carreiras diretamente afetadas pela falta de acesso a esse serviço.

Para finalizar, ressalta-se que apenas o acesso à creche muitas vezes não é suficiente para a inserção e permanência das mulheres que são mães nas Universidades. É também necessário o desenvolvimento não apenas de políticas voltadas para essas mulheres, mas também de práticas coletivas que facilitem a ocupação dos espaços por mães, como espaço kids em congressos e assembleias estudantis e demais práticas que reforcem que a Universidade também é lugar de mães de filhos pequenos.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Ligia Maria Leão de. “Pelo direito de ser mãe e estudante”: educação infantil na pauta estudantil universitária. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 42-57, maio 2018. ISSN 1980-4512.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc. estado.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 23 dez. 1996. Brasília, DF, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2017.

FERNANDES, Fabiana Silva; GIMENES, Nelson; DOMINGUES, Juliana dos Reis. Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 320-341, Mar. 2017.

GARCIA, Carla Fernandes; VIECILI, Juliane. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 271-280, Aug. 2018.

MARTINS, Gabriela Dal Forno et al. Motherhood and Work: Experience of Women with Established Careers. *Trends Psychol.*, Ribeirão Preto, v. 27, n. 1, p. 69-84, jan. 2019.

SORJ, B. Trabalho e responsabilidades familiares: um estudo sobre o Brasil: relatório final. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

URPIA, A; SAMPAIO, S. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: Dilemas da conciliação maternidade-vida universitária. Bahia: UFBA, 2009.

ZALUAR, Alba. O contexto social e institucional da violência. Núcleo de Pesquisa das Violências – NUPEVI do

Instituto de Medicina Social da UERJ, 2003. Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/nupevi/artigos_periodicos/contexto.pdf

_____. Precisamos falar sobre as mães estudantes. Últimas Notícias. 05/04/2016. Disponível em <http://www.une.org.br/noticias/precisamos-falar-sobre-as-maes-estudantes/>.

_____. Desafios das mães universitárias e projetos em análise no Congresso. Fonte: Agência Senado. 17/05/2018. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/17/desafios-das-maes-universitarias-e-projetos-em-analise-no-congresso>

_____. Mães enfrentam rotina de dificuldades para estudar na maior universidade do Norte. Gil Sóter, G1 PA — Belém. 14/05/2017. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/maes-universitarias-enfrentam-rotina-de-dificuldades-para-estudar-na-maior-universidade-do-norte.ghtml>

_____. Carga mental: a tarefa invisível das mulheres de que ninguém fala. Rita Abundância, El País - Brasil. 07/03/2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/01/politica/1551460732_315309.html

Anexo 1 - Perguntas norteadoras da entrevista

O que é ser mãe na Universidade?

O que é ser mãe e ser estudante?

Como foi o acesso à creche?

Como é a relação com a creche e a Universidade? Qual a flexibilidade do espaço para questões relacionadas à maternidade (Precisar buscar mais cedo na creche, sair para amamentar, estar com o filho ou filha doente, etc)?

Recebe algum auxílio?

Como a maternidade e a relação com a creche incide na tua prática?

Há possibilidade de faltar caso necessite?

Como a creche incide no orçamento da família?

Como é a relação com o outro cuidador da criança? Dividem cuidados?

Como tu sente tua rede de apoio?

Quanto tempo por dia tu diria que precisa dedicar aos cuidados da criança?

Já percebeu algum preconceito na Universidade ou sente que foi prejudicada, excluída de algum projeto ou trabalho por ser mãe?